Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: fevereiro de 2010.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Financiamento agrícola cresce 18% na primeira metade da safra (Atualizada) – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/02/2010 3

Governo libera R$ 200 milhões para garantir preços mínimos – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/02/2010 4

Volume financeiro agropecuário cai na BM&F – Valor Econômico – Agronegócios - 04/02/2010 4

Kátia Abreu defende novo modelo de crédito rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/02/2010 5

Liberados R$ 90 milhões para seguro rural - Sítio Eletrônico do MAPA – 11/02/2010 6

Sinal de melhora no fluxo de pagamento de dívidas agrícolas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agroengócios – 17/02/2010 6

Meio ambiente como risco de crédito - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 19/02/2010 9

Títulos agrícolas superam R$ 100 bilhões – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 22/02/2010 11

Agricultura familiar: uma leitura apressada – Reinhold Stephanes – Valor Econômico – Opinião – 24/02/2010 12

Crédito para agricultura sustentável e médio produtor reforça financiamentos nesta safra – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/02/2010 14

Financiamento agrícola cresce 18% na primeira metade da safra (Atualizada) – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/02/2010

Brasília (2.2.2010) - Na primeira metade da safra agrícola 2009/2010, a tomada de crédito pelos produtores rurais ultrapassou R$ 41 bilhões, 18% mais do que no mesmo período do ciclo passado, de julho a dezembro de 2009. O levantamento, realizado pelo Departamento de Economia Agrícola (Deagri) aponta resultados de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para apoiar as cooperativas, média agricultura e a produção sustentável. Além desse montante, destaca-se a aplicação de cerca de R$ 7 bilhões na agricultura familiar, totalizando R$ 48 bilhões, aproximadamente.

Médios agricultores - O crédito de custeio do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural foi seis vezes maior na primeira metade da safra 2009/2010 do que o total aplicado na anterior. Mais de R$ 1,5 bilhão foram contratados por médios produtores rurais.

Cooperativas - "O crescimento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) também foi significativo, passando de R$ 370 milhões, na safra passada, a R$ 1 bilhão neste ciclo", relata o coordenador de Análises Econômicas do Deagri, Marcelo Guimarães. O Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), também criado para apoiar produtores organizados em cooperativas, registrou aplicações que somam R$ 80 milhões.

"O bom desempenho é resultado de uma das ações do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, que elegeu como prioridade o fortalecimento das cooperativas do setor. As medidas fomentaram a modernização do segmento para agregar valor à produção, por meio do Prodecoop, e facilitou a integralização de recursos para acesso a novos créditos do Procap-Agro", lembra Guimarães.

Com base nesses resultados, o coordenador prevê crescimento relevante dos dois programas de financiamento. Outro dado, também expressivo, foi a disponibilidade de mais de R$ 800 milhões para projetos de cooperativas já aprovados, sem contar os que estão sendo avaliados pelos bancos.

Máquinas agrícolas - O levantamento do Mapa também destaca o desempenho de programas de investimento para apoiar a compra de máquinas agrícolas, especialmente por meio do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI-BK). "O PSI-BK a juros de 4,5% ao ano, explica o excelente resultado de R$ 1,3 bilhão aplicado, de julho a dezembro de 2009, em relação ao Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)", explica Marcelo Guimarães. Ele ressalta que o Moderfrota continua a ser um programa atraente para os produtores, tendo em vista que o PSI-BK é uma linha de crédito oferecida até o final desta safra.

Produção sustentável – Também indicado como prioridade no Plano Agrícola e Pecuário, o fomento à produção sustentável teve resultado significativo no financiamento tomado pelos produtores. O Programa de Estímulo à Produção

Agropecuária Sustentável (Produsa) mais do que triplicou o volume de aplicações na primeira metade da safra, em relação ao mesmo período da safra anterior, passando de R$ 46 milhões de R$ 1 bilhão programado a R$ 164 milhões de R$ 1,5 bilhão programado.

Juros controlados - "Um aumento de R$ 4 bilhões entre as aplicações em custeio e comercialização a juros controlados, que são os recursos mais baratos para o produtor, apontam para um melhor desempenho em relação ao ano passado, saindo de R$ 23,4 bilhões para R$ 27,3 bilhões", avalia o coordenador do Deagri. *(Débora Pinheiro)*

Governo libera R$ 200 milhões para garantir preços mínimos – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/02/2010

Brasília (2.2.2010) - A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai aplicar, neste mês, cerca de R$ 200 milhões em aquisições de produtos por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Os recursos foram aprovados em reunião com representantes dos ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Banco do Brasil.

As operações de Contratos de Opção terão R$ 110 milhões, que serão destinados à comercialização de café nos estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Já as Aquisições do Governo Federal (AGF) somam R$ 89,6 milhões para compra de feijão (em GO, PR, RO, RS, SC, SP), trigo (RS, SC e SP) e café (ES).

O orçamento prevê ainda mais R$ 550 mil para o pagamento de subvenção ao extrativismo vegetal. Produtos como babaçu, castanha-do-brasil, borracha natural, açaí e piaçava serão contemplados nos estados do Ceará, Pará, Rondônia, Acre e Amazonas. *(Mônica Simões/Conab)*

Volume financeiro agropecuário cai na BM&F – Valor Econômico – Agronegócios - 04/02/2010

O volume financeiro dos contratos futuros de commodities agropecuárias negociados na BM&FBovespa somou R$ 3,432 bilhões em janeiro, segundo relatório divulgado ontem. Em relação a dezembro, houve uma queda de 16,7%, enquanto na comparação com janeiro do ano passado a retração foi de 5,3%.

Apesar das novas quedas e do movimento permanecer muito abaixo dos patamares observados antes do recrudescimento da crise financeira irradiada dos Estados Unidos, em setembro de 2008, em número de contratos negociados houve sinais de reação no mês passado. De acordo com a BM&FBovespa, foram 154.162 no total, 15,9% abaixo de dezembro mas 9,1% acima de janeiro de 2009.

Boi gordo e café arábica seguem na liderança em número de contratos e em volume financeiro movimentado (ver tabela acima), mas o grande destaque continua sendo a consolidação das apostas nos contratos de milho com liquidação financeira. Conforme o levantamento, foram 38.614 contratos negociados no mês, com

movimentação de R$ 335,9 milhões. Em volume e valor, há recuos em relação a dezembro e disparadas na comparação com janeiro de 2009.

Como já informou o **Valor**, apenas o boi gordo fechou janeiro com preço médio superior ao de dezembro na BM&FBovespa. Café arábica, soja e milho caíram.

Kátia Abreu defende novo modelo de crédito rural – Sítio Eletrônico da CNA – 10/02/2010

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje (10/2) a adoção de um novo modelo de financiamento rural, mais flexível e mais transparente, o que poderia gerar menos burocracia na hora de o produtor obter financiamento para a safra, além de evitar sucessivos refinanciamentos. Ao justificar a medida, um dos principais argumentos mencionados foi o prejuízo que muitos agropecuaristas tem tido em várias regiões do País em culturas como arroz, pecuária de corte e milho, com a remuneração inferior aos gastos que eles têm em suas culturas, segundo apontou o novo boletim de custos de produção da CNA, lançado hoje pela presidente da entidade.

Segundo a senadora, grande parte dos produtores recebe pela produção o suficiente apenas para cobrir o Custo Operacional Efetivo (COE), que contempla os desembolsos rotineiros, como a aquisição de insumos. No entanto, eles não conseguem cobrir o Custo Operacional Total (COT) da atividade, que envolvem, por exemplo, gastos para repor a depreciação do patrimônio (trator, colheitadeiras, etc.). "Seriam necessários mecanismos de apoio para cobrir esta diferença, para que o produtor não coma ainda mais sua rentabilidade e não prejudique o agronegócio, que representa um terço do Produto Interno bruto (PIB), dos empregos e das exportações", enfatizou.

Kátia Abreu acrescentou que esta questão da dificuldade do produtor em pagar seus financiamentos foi tema de conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, no ano passado. "O Mantega disse que o produtor está com dificuldade de pagar empréstimos de máquinas e equipamentos do BNDES. Eu expliquei que vai ser difícil pagar porque no preço não está incluída a depreciação", afirmou a senadora.

Na avaliação da presidente da CNA, os boletins da entidade com estas informações ajudariam nas discussões sobre este modelo de financiamento, que teria, entre outros pontos, uma central de risco, que seria um cadastro com todas as informações referentes aos mutuários de crédito rural. O objetivo é dar mais transparência ao produtor rural, o que facilitaria a obtenção de novos contratos de crédito. A entidade tem defendido, ainda, um novo mecanismo de tributação para o setor agropecuário, mais simplificado, que está em discussão com a Receita Federal, de forma a reduzir a carga tributária sobre o setor de alimentos, que hoje está em 19%. Outra discussão defendida pro Kátia Abreu é a isenção da cobrança de PIS e Cofins sobre alguns produtos agropecuários. Os debates sobre estes assuntos serão retomados neste ano.

Outro argumento importante para a criação deste boletim seria relativo à questão dos índices de produtividade, que avalia se a terra é produtiva ou não para fins de desapropriação para reforma agrária. Atualmente, há dois parâmetros exigidos pelo governo a serem cumpridos. Um deles é o Grau de Utilização da Terra (GUT), que deve

ser de 80% da propriedade, e o Grau de Eficiência de Exploração (GEE), que deve ser de 100%. Para Kátia Abreu, o cumprimento dos índices deve levar em conta outras questões, como a renda do produtor.

"Em outros setores a produtividade levam em conta o faturamento bruto e o líquido. Quando a indústria entra em crise, pode produzir menos para não quebrar, mas os produtores não podem porque vão ser desapropriados", afirmou.

Liberados R$ 90 milhões para seguro rural - Sítio Eletrônico do MAPA – 11/02/2010

Brasília (11.2.2010) - A Portaria Nº 49, publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU), estabelece a liberação de R$ 90 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura. O valor, autorizado pelo Ministério do Planejamento, recompõe os compromissos assumidos com o orçamento do programa, em 2009.

Com essa liberação, os recursos referentes a 2009 destinados ao PSR somam R$ 261 milhões, 66,2% mais que os R$ 157 milhões aplicados em 2008. Em relação a 2007, quando foram repassados R$ 61 milhões ao programa, os investimentos foram 328% superiores. "A decisão de hoje restabelece a regularidade, mantém o compromisso e reforça a política do seguro rural, que vem crescendo a cada ano", afirma o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. *(Edit Silva)*

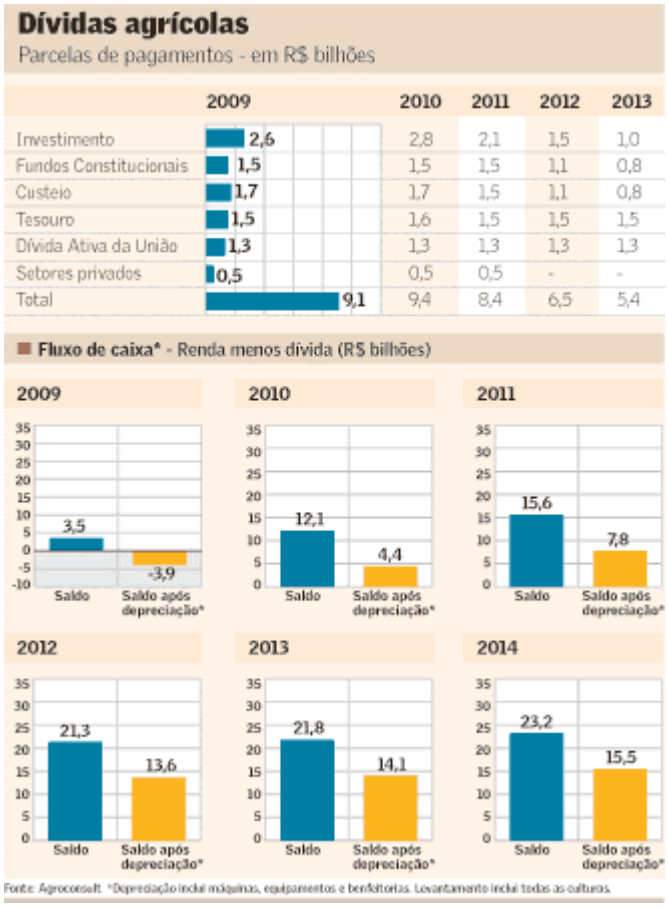
Sinal de melhora no fluxo de pagamento de dívidas agrícolas – Mauro Zanatta – Valor econômico – Agroengócios – 17/02/2010

Cinco anos após uma das mais graves crises de renda do setor rural brasileiro, o perfil de endividamento dos produtores entrou em uma espiral descendente, o que exige menos sacrifícios de caixa, projeta uma redução substantiva dos débitos no médio prazo e pode inaugurar um novo ciclo de investimentos no campo.

O cenário de estabilidade futura em um setor marcado por turbulências financeiras sistemáticas reflete a melhora estrutural operada pelo governo em sucessivas renegociações de dívida. Também se explica por um período de rentabilidade em alta nos últimos dois anos. A retomada não deverá ser uniforme. Produtores rurais de alguns Estados do país e de culturas específicas devem viver mais um ou dois anos até a reabilitação.

As tendências da economia rural são detalhadas em um minucioso estudo da consultoria Agroconsult que o governo federal tem utilizado para auxiliar seus planos para o setor nas próximas safras. A herança dos piores dias das crises climáticas e de

renda de 2004 e 2005 era uma dívida calculada em R$ 16,8 bilhões em 2007. Esse era o total das parcelas anuais das dívidas com programas de investimento, financiamentos de custeio e fundos constitucionais, além de passivos com fornecedores privados e com o Tesouro Nacional.



A recomposição financeira da maior parte dos produtores nos últimos cinco anos foi ancorada em boas safras, preços acima das médias históricas e na manutenção da demanda mundial em alta. Como resultado desse panorama, o endividamento do setor recuou a R$ 9,4 bilhões na projeção para 2010.

A maior redução desse passivo ocorreu em razão da quitação de dívidas com os fornecedores privados dos produtores, como tradings, cerealistas e revendedores de insumos. Nesse período, esses débitos recuaram de R$ 4,1 bilhões para apenas R$ 500 milhões. A fatia de dívidas com investimentos também encolheu fortemente - de R$ 7 bilhões para R$ 2,8 bilhões.

"O endividamento não desapareceu. Há ainda problemas entre credores e devedores, mas com a redução da temperatura. Este 2010 marca a superação da crise da dívida, que começou a melhorar a partir de 2008, e já se visualiza a normalidade", avalia o economista André Pessôa, sócio da Agroconsult. "As dívidas vão sendo pagas com a renda e isso ajuda na retomada da expansão do setor".

As boas projeções para o campo brasileiro nos próximos anos permitem vislumbrar uma tendência significativa de retração no passivo rural. Em 2011, as parcelas das dívidas devem cair a R$ 8,4 bilhões, passando no ano seguinte a R$ 6,5 bilhões e recuando para R$ 5,4 bilhões em 2013. Até 2014, a dívida rural deve chegar a R$ 4,5 bilhões, um nível considerado muito confortável por especialistas.

"Temos indícios de um ciclo pela frente. É claro que há um passado que precisa ser acertado para saber o que sobra em caixa. Ainda há um empate técnico, mas já dá para ter tranquilidade", diz o especialista da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ademiro Vian.

O cenário admitido pelo governo leva em consideração problemas pontuais em Estados como Minas Gerais e Santa Catarina, onde o peso da renda do café e do milho impedem a plena recuperação em 2010. "Em 2009, mesmo onde faltou renda, havia gordura para pagar contas. Em 2010, a situação volta a ser favorável", diz André Pessôa. Em Mato Grosso e Goiás, a retomada nos investimentos em máquinas e na abertura de novas áreas deve demorar um pouco mais. "Mas a expectativa positiva para 2010 já está se confirmando".

O trabalho avalia que a geração de renda deve ser suficiente para pagar as dívidas, de investimento e de custeio, porque superará a depreciação de máquinas, equipamentos e das benfeitorias. No quadro geral, o saldo líquido do caixa após essa depreciação deve passar do déficit de R$ 3,9 bilhões em 2009 para um resultado positivo de R$ 4,4 bilhões em 2010. A diferença entre a renda gerada menos o estoque da dívida melhora muito até 2014, passando de R$ 7,8 bilhões em 2011 até R$ 15,5 bilhões no fim do período projetado.

"Será a quarta safra de recuperação de renda. Isso é visível em feiras e nos bancos", avalia o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz. "É algo gradual, com melhora ao longo do tempo. Mas o cenário de produção é bom e a oferta mundial será boa. Pode haver depressão de preços, mas a valorização do dólar compensará", afirma ele.

O executivo alerta para a urgência de alterações estruturais no setor, como a criação de um novo regime de tributação, a migração do produtor para "Pessoa Jurídica" e o incentivo à utilização do seguro rural e a operações de proteção cambial ("hedge"). O BB estimava emprestar R$ 39,5 bilhões ao setor na atual safra 2009/10, mas já reviu os planos para atender uma demanda até 20% acima disso.

O estudo mostra, ainda, que o maior peso das dívidas está concentrado na soja (56% do total), milho (18%), arroz (11%) e algodão (6%). "Precisamos de mais umas três safras boas, com preços e clima bons, para chegar a um nível ideal", prevê Ademiro Vian, da Febraban. Há, segundo ele, uma tendência de aumento nos preços dos insumos, sobretudo fertilizantes importados.

"Sobrevivemos à crise mundial e a tendência é melhorar o que já está bom. Só precisamos tomar cuidado com esse 'stop and go', reduzir a volatilidade da renda", alerta o diretor do BB, José Carlos Vaz.

Meio ambiente como risco de crédito - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 19/02/2010

O Banco Central do Brasil começou a acordar para os danos sócio-ambientais que o crescimento econômico pode causar. "Crescer por crescer é a filosofia da célula cancerosa", cita Sérgio Lima, consultor do presidente do BC, reproduzindo as palavras que ouviu, durante um seminário, do economista Ladislau Dowbor que, por sua vez, atribui a autoria do aforismo a um "banner" colocado por um grupo de estudantes na entrada de uma conferência sobre economia.

Lima foi encarregado de elaborar a proposta de estruturação do Departamento de Responsabilidade Social do Banco Central, depois que um voto da diretoria da instituição determinou o ingresso desse tema no organograma do banco no ano passado. Ele concluiu o trabalho no segundo semestre de 2009. Falta, porém, a direção do BC tirar a ideia do papel com celeridade, colocá-la em prática e, mais do que isso, incorporar novos elementos de preocupação com a preservação do ambiente e a inclusão social às normas que regem a política de crédito no país.

Soma-se a essa iniciativa a institucionalização de uma estratégia de educação financeira, que deverá ser feita por decreto presidencial, para levar os fundamentos da boa gestão das finanças pessoais para as escolas e para as ruas. Nesta, a intenção é atingir não só os 55 milhões de alunos das mais de 200 mil escolas do país, mas alastrar os ensinamentos para os adultos, através de organizações como as do sistema "S", os militares e até o universo do beneficiários do Bolsa Família.

Alguns cursos nessa linha já foram dados pelo Banco Central para formar agentes multiplicadores dos conceitos. Recentemente houve um curso piloto para o Exército e, em março, será realizado outro para a Aeronáutica. Pretende-se, com as aulas, ensinar as pessoas a lidar com o dinheiro, entender o que é juros simples e composto, pensar no futuro, constituir poupança e poder fazer as melhores escolhas.

Educação financeira e responsabilidade sócio-ambiental são vistas como fatores indispensáveis ao crescimento econômico. O papel dos bancos centrais nessa estratégia só começou a ser abordado muito recentemente e, segundo informações do consultor do BC, por ora apenas dois bancos estão iniciando um trabalho nessa direção: o do Brasil e o da China, país sob forte pressão internacional para atenuar a degradação ambiental produzida pelo crescimento acelerado. "É um mundo a ser explorado e o BC precisa se antecipar a esse processo", assinala Lima, que tem discutido com diversas organizações, da Amigos da Terra ao Greenpeace.

Na próxima semana, haverá um seminário no qual os estudos e sugestões elaborados até agora serão apresentados à diretoria e aos funcionários do BC. Uma das propostas será que os bancos, tanto públicos quanto privados, passem a incorporar nas suas áreas de análise de risco o perigo ambiental dos projetos que financiam.

"Há espaço para regulamentação", explica Lima. Há quase dois anos o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução 3.445, que condicionou a renegociação de dívida e liberação de crédito, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), à apresentação de documentos que comprovam a regularização fundiária e ambiental. Essa resolução foi sugerida pelo Ministério do Meio Ambiente e dirigida à Amazônia, para frear o desmatamento da região.

A avaliação do governo é de que ela está produzindo resultados, como a redução de 40% na área desmatada no primeiro semestre de 2009 em comparação com igual período do ano anterior, assim como retração de cerca de 30% na contratação de empréstimos no mesmo período. Mas há, ainda, um vasto caminho a percorrer para desenvolver a fiscalização sistemática dessas práticas.

Lima disse que se discute, hoje, a possibilidade de estender a resolução 3.445 para os demais biomas do país (cerrado, pantanal, pampas, caatinga). Do leque de propostas do BC consta, ainda, a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que rege a política de compras do setor público, o tratamento de resíduos e o consumo de energia, entre outras determinações.

Simultaneamente à entrada da autoridade monetária na questão ambiental, há, também, a tentativa de harmonizar os termos dos protocolos verdes assinados pelos bancos públicos e privados, que estabelecem critérios de preservação ambiental na concessão de crédito a projetos. As instituições públicas aderiram a um protocolo em meados dos anos 90. Os bancos privados assinaram um outro documento. Agora, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) está encarregada de conciliar os dois. Deverá ser criado, também, um fórum permanente para todo o sistema financeiro, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

No fim de 2009 houve o 1º Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES, embora o banco, uma das maiores instituições de fomento do mundo, já condicione seus financiamentos a uma análise do impacto ambiental que eles produzirão.

As demandas pela preservação do ambiente e por compromissos com a natureza são crescentes. O sistema financeiro, encarregado de financiar o crescimento, e os órgãos reguladores (BC, CVM, Susep, entre outros), se despertos para o problema, engatinham na construção de critérios de atuação e de aferição de suas atitudes. Não basta contabilizar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como gerador de progresso e bem-estar. Os investimentos com guerra têm peso tão importante quanto os com educação. Há grande expectativa com a criação de uma alternativa ao PIB, pelo grupo de sábios reunidos a pedido do presidente da França, Nicolas Sarkozy. Também não é suficiente olhar a expansão do crédito para concluir que se tratou de um estímulo benéfico ao crescimento.

Nesse sentido, é bem-vinda uma atuação mais ativa do BC, que vá além do cumprimento da meta de inflação, pelo manejo da taxa de juros, como pré-condição para o crescimento sustentado, duradouro. Ele precisa ser sustentável, entendido como compatível com o respeito ao planeta.

Títulos agrícolas superam R$ 100 bilhões – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 22/02/2010

Estimulada por bons ganhos financeiros e benefícios fiscais, a emissão de títulos do agronegócio por bancos, agroindústrias, cooperativas e produtores rurais superou, pela primeira vez, a barreira dos R$ 100 bilhões.

Ainda dependente de ajustes regulatórios do governo, os novos papéis registraram 34 mil operações, com um volume de R$ 109,2 bilhões no ano passado - o equivalente ao dobro de todos os recursos que o sistema financeiro é obrigado, por lei, a aplicar no setor rural. Os bancos, principais responsáveis por esse "boom" dos títulos do agronegócio, estimam que as emissões devem chegar a R$ 400 bilhões nos próximos cinco anos, ou quatro vezes o orçamento do atual ano-safra 2009/10.

Neste ano, o ritmo segue acelerado. Em janeiro, já foram registrados R$ 7,9 bilhões. Há R$ 10,8 bilhões em títulos "em aberto" no sistema operado pela BM&FBovespa e a Cetip.

Criados há cinco anos para captar recursos privados ao financiamento do agronegócio, os títulos ganharam peso no mercado como fontes alternativas de crédito para empresas em busca de financiamento. As operações foram reforçadas por alterações para blindar juridicamente os papéis, como a garantia de alienação fiduciária, um atrativo para driblar eventuais processos de recuperação judicial.

Os bancos veem, porém, algumas lacunas que deveriam ser reguladas diretamente pelo Banco Central, como a obrigação de segregação da contabilidade e a garantia de exclusividade das emissões às empresas do agronegócio. "O sistema já aceitou. Não é mais sopa de letrinhas. Mas fizeram a lei dos títulos e o governo abandonou, não regulamentou", afirma o especialista da Febraban e professor da FGV, Ademiro Vian.

O governo deveria, segundo a Febraban, proibir uso de cédulas de crédito bancário de capital de giro como lastro dos papéis. "Falta definir se os papéis são títulos de valor mobiliário ou de crédito ou se incide imposto sobre rendimentos de pessoa física", diz. Os papéis ainda não chegaram aos investidores de fundos comuns, avalia Vian, por causa de dúvidas sobre tributação. Para ele, também é preciso "desengessar" o sistema para incentivar a substituição das fontes de recursos de comercialização. Em vez de dinheiro subsidiado pelo Tesouro Nacional, parte desses papéis sustentaria o financiamento de safras futuras.

A Anbima, que reúne instituições de investimento e de mercado de capitais, está elaborando um código de conduta para orientar as operações de seus 40 associados com interesse no setor. "Há uma demanda muito grande dos bancos. Mas precisa de regras de gestão de risco e regulação mais claras", diz o advogado especialista Renato Buranello, conselheiro da Anbima para o tema. O BC informa que avalia formas de

regular os títulos no sistema financeiro, como medidas para incentivar o registro de CPRs em um sistema único.

A despeito das reivindicações, os títulos têm atraído operadores do setor em razão do baixo risco, alta liquidez e da garantia lastreada na produção. O custo de operação é a taxa Selic mais 2% ou 3% ao ano. Com os juros em queda, o atrativo aumenta.

Além disso, há os benefícios fiscais dos papéis. Ao usar os títulos, as agroindústrias não pagam Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A cada R$ 1 milhão, por exemplo, a empresa deixa de pagar R$ 18,8 mil, além de melhorar os índices de liquidez em seu balanço. Os bancos emissores são isentos do depósito compulsório de 25%, não precisam cobrir 100% do risco das operações e ficam desobrigados de recolher 0,2% sobre cada operação ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) - mecanismo que afiança até R$ 60 mil por pessoa.

Na outra ponta, investidores pessoa física têm isenção de Imposto de Renda (IR) e são, assim, estimulados a trocar os tradicionais Certificados de Depósito Bancário (CDBs) por esses novos títulos. Um investidor de R$ 1 milhão "economiza" R$ 19 mil de IR. Por isso, o alvo dos bancos são os clientes "private", de alta renda. As tradings também usam os papéis para captar recursos mais baratos e, por exemplo, reduzir custos de carregamento de dívidas de produtores.

Na liderança das emissões, está a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), um título emitido por bancos e lastreado em recebíveis de produtores - como Cédulas de Produto Rural (CPRs), duplicatas e notas promissórias rurais. No acumulado até janeiro de 2010, foram registrados R$ 110,4 bilhões. Com a evolução do sistema, os demais papéis também tendem a ter maior demanda no médio prazo.

Estão incluídos Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Agricultura familiar: uma leitura apressada – Reinhold Stephanes – Valor Econômico – Opinião – 24/02/2010

Políticas visam eliminar a pobreza rural com foco na integração econômica e social dos pequenos produtores

O equivocado censo relativo a um grupo fortemente heterogêneo de produtores rurais, intitulado de agricultores familiares, ganhou uma leitura apressada e trouxe à tona uma disputa que vai tomando proporções absurdas, dentro e fora do governo. E deve ser vista com preocupação porque incita a divisão imaginária e maniqueísta dos agricultores, distorcendo dados e tomando como iguais agriculturas muito diferentes, variando entre aquelas famílias rurais que produzem apenas para o autoconsumo e as propriedades mais eficientes e tecnificadas, que hoje são a maioria e atuam

comercialmente. Com objetivos econômicos radicalmente diferentes, todas têm em comum, apenas, a gestão familiar.

O conceito central correto que interpreta tais diferenças é o da sociabilidade capitalista, processo social que gradualmente transforma as que produzem para o próprio sustento, integrando-as economicamente. Assim, em certo momento histórico se verificará a existência apenas do segundo grupo, com todos os produtores sendo ativos agentes econômicos. Essa foi a trajetória agrária dos países avançados, inexistindo razões lógicas para imaginar que o Brasil poderá seguir rumo radicalmente estranho a esse padrão.

No Brasil, a expressão "agricultura familiar" ainda abarca visões muito distintas, que costumam variar de acordo com a ideologia de quem a emprega, gerando nefastas manipulações, cujos objetivos são exclusivamente políticos. Há até perspectivas sonhadoras que apostam em um pequeno produtor anticapitalista e que pregam o retorno a um mágico comunitarismo coletivista e não mercantil. A maioria dos produtores discorda desse conceito, principalmente os que fazem parte da classe média rural.

Ilusionismos à parte, tem sido escamoteado que os critérios para nomear esses agricultores como familiares nasceram de uma demanda social dos anos 1990. Qual seja, uma política de financiamento da produção específica para os estabelecimentos de menor porte e sob gestão familiar. Nesse sentido, formalizado em 1994 para assegurar os recursos financeiros àqueles produtores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi bem sucedido, pois aumentou notavelmente o volume de crédito e o número de agricultores atendidos, sobretudo sob a atual administração federal.

Causa espanto que muitos desconsiderem nossa história recente, começando com a revolução produtiva iniciada na década de 1970, que transformou o Brasil na atual potência agrícola. A espetacular modernização agrícola tem irrigado o campo sob densa capilaridade monetária, alicerçando as cadeias produtivas e estimulando um contínuo aperfeiçoamento tecnológico. A significativa elevação da produtividade agrícola apenas espelha tal fato. O que justificaria, portanto, a reiteração do passado e o discurso polarizador de apenas dois grupos sociais de produtores, os familiares e os não familiares, quando a agricultura é cada vez mais diversificada social e economicamente? Afinal, a maioria dos pequenos agricultores, especialmente no Centro-Sul, vinculados a cooperativas, também participa do agronegócio, ou seja, das cadeias produtivas constituídas no período contemporâneo. E a integração social e econômica, no final, é o que todos almejam.

A democratização do crédito rural já é uma realidade e, dessa forma, precisamos suplantar tais equívocos, reformulando o atual hibridismo ministerial e garantindo um segundo momento de modernização, consentâneo com as exigências atuais, especialmente as ambientais. Políticas diferenciadas, por exemplo, que atenuem a heterogeneidade ignorada por aqueles que distorcem o conceito de agricultura dita familiar. Ações destinadas a eliminar a pobreza rural, que hoje está concentrada em

regiões do Norte, principalmente e, do Nordeste, mas sempre almejando a plena integração econômica e social dos produtores de menor porte.

Em especial, é preciso focar na esquecida classe média rural, que se tornou a maior credora da modernização econômica nos países de agricultura avançada. Apoiá-los, cada vez mais, sob políticas que promovam a prosperidade sócio-econômica e estimulem um modelo ambientalmente sustentável, essa é a nossa tarefa central.

O Ministério da Agricultura, mobilizando o melhor da ciência agrícola sob o comando da Embrapa, com apoio da rede estadual de pesquisa, e fundando-se em sua centenária experiência a serviço de todos os agricultores, está plenamente preparado para liderar esse desafio. Superados os equívocos que emperram essa quadra histórica, a agricultura brasileira será ainda mais exemplar para o mundo.

Reinhold Stephanes é ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Crédito para agricultura sustentável e médio produtor reforça financiamentos nesta safra – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/02/2010

Brasília (25.2.2010) - O aumento da tomada de crédito para a agricultura sustentável e os médios produtores, prioridades do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), contribuiu para o crescimento de 20% nos desembolsos totais nesta safra, entre julho de 2009 e janeiro de 2010, em relação a período igual no ciclo anterior.

Os dados, levantados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Deagri/Mapa), indicam volume de financiamento, nesses seis meses, de R$ 52,6 bilhões. A agricultura empresarial, com tomada de crédito de mais de R$ 45 bilhões, também registrou incremento de 20%.

Produção sustentável - As ações de apoio à produção sustentável resultaram em crescimento recorde do crédito concedido pelos programas de investimento. De julho de 2009 a janeiro de 2010, o Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) mais do que quadruplicou o volume de aplicações, em relação ao mesmo período do ciclo anterior, passando de R$ 57 milhões para mais de R$ 230 milhões.

"O aumento médio foi de 15,7%, ao mês e de 300% no período. O bom desempenho deve-se à maior difusão e familiarização dos agentes financeiros com o programa", avalia o diretor do Deagri, Wilson Araújo. *(Débora Pinheiro)*

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa

Apoio

CNPq actionaid FAPERJ NEAD Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL